

CONVENÇÕES, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO EFETIVO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE MATO GROSSO DO SUL¹

Informal institutions, social capital and effective development in family farming: the case of Mato Grosso do Sul

RESUMO

Objetivou-se, nesta pesquisa, analisar a importância das convenções e do capital social no desenvolvimento da agricultura familiar, especificamente no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, selecionou-se uma amostra formada por sete assentamentos rurais, uma gleba agrária e uma colônia de produtores orgânicos, compondo um estudo de casos múltiplos. Os resultados evidenciaram que existe um baixo padrão de desenvolvimento econômico e social em parte dos assentamentos rurais localizados nesse estado. Entretanto, verificou-se que a Gleba Santa Terezinha – considerada aqui como um caso de sucesso para a agricultura de base familiar – possui uma realidade distinta dos assentamentos, ou seja, os produtores não estão endividados, contam com uma infraestrutura produtiva, operante e rentável, capaz de gerar renda suficiente para satisfazer suas necessidades e permitir um bom padrão de vida. Nessa direção, usou-se a comparação entre os casos para entender como e por que as convenções e o capital social são importantes para o desenvolvimento efetivo da agricultura familiar. Como conclusão, este artigo propõe um modelo conceitual-empírico que incide em um conjunto de relações econômicas e sociais essenciais para a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados locais e na sociedade com um todo.

Robson Nogueira Tomas
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Universidade Federal de São Carlos
rn.tomas@uol.com.br

Renato Luiz Sproesser
Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
renato.sproesser@ufms.br

Mário Otávio Batalha
Professor Associado II
Universidade Federal de São Carlos
dmob@power.ufscar.br

Recebido em 3/6/11. Aprovado em 4/10/12
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Cristina Lellis Leal Calegario

ABSTRACT

This study aimed to analyze the importance of informal institutions and social capital in the development of family agriculture specifically in Mato Grosso do Sul state. Therefore, we selected a sample consisting of seven rural settlements, a glebe association and a colony of producers of organic products, thus composing a multiple case study. The results indicated a low standard of economic and social development in part of the rural settlements located in this state. However, it was found that Gleba Santa Terezinha, considered in this survey as a success for family-based agriculture, has a distinct reality compared with the settlements. That is, its producers are not in debt and have a productive infrastructure operant and profitable, capable of generating enough income to meet their needs and provide a good standard of living. Along these lines, we used the comparison between the cases to understand how and why the conventions and social capital are important for the effective development of family farming. In conclusion, this paper proposes a conceptual and empirical model that focuses on a set of economic and social relations considered essential for the sustainable integration of family farmers in local markets and in society as a whole.

Palavras-chave: Agricultura familiar, reforma agrária, renda, capital social, convenções.

Keywords: Family farming, settlement, income, social capital, informal institutions.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar sempre foi considerada um dos pilares do dinamismo econômico de parte significativa

dos países desenvolvidos, colaborando para auxiliar a distribuição de riquezas e promover o desenvolvimento da sociedade desses países. Nessa direção, não seria incorreto afirmar que o desenvolvimento de um país pode ser diretamente relacionado ao desenvolvimento de sua agricultura familiar e que esta depende, em grande parte,

¹Projeto financiado com recursos do CNPq

de políticas agrárias eficazes, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento efetivo² das comunidades que dela sobrevivem (HEREDIA, 2001; PAULILLO, 2001).

No Brasil, a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do país ganhou força significativa nos últimos anos e tem sido impulsionada por debates que abrangem temas ligados ao desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (MACHADO; SILVA, 2005). Nessa perspectiva, trabalhos distintos (ABRAMOVAY, 2002; BARRACLOUGH, 2001; MARQUES; SANTO; CEPEDA, 2002; MEDEIROS, 2003) ressaltam a importância da agricultura familiar na produção de gêneros alimentícios básicos, garantindo a subsistência da própria família, além de contribuir para a geração de emprego e renda no meio rural.

Para Maluf (2002) e Soares (2000), a agricultura familiar assume grande importância na segurança alimentar das famílias e do país, além de contribuir, também, para a preservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais. Corroborando com essa perspectiva, Mendes (2005), ao analisar determinadas comunidades rurais em Catalão, Goiás, verificou a importância da produção rural familiar no que se refere à diminuição dos problemas sociais e econômicos no campo. Não obstante, Guanzirolí et al. (2001) ressaltam que é necessário apoiar o processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, pois, como aconteceu em economias de países desenvolvidos, tais medidas possibilitam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto da agricultura familiar encontram-se estabelecidos os assentamentos rurais. De acordo com Estatísticas do Meio Rural (BRASIL, 2006), a agricultura familiar está presente em todos os assentamentos rurais do Brasil. Nessa direção, não seria difícil entender porque a agricultura familiar tem sido ao longo dos anos a principal e, em muitos casos, a única fonte de renda das famílias assentadas. No entanto, de acordo com trabalho realizado

²Os autores da presente pesquisa consideram – com base na revisão de literatura (ABRAMOVAY, 2002; BUAINAIN, 2007; HEREDIA, 2001; SOUZA FILHO; BATALHA, 2005) – a definição de desenvolvimento efetivo como sendo o conjunto de relações sociais e econômicas essenciais para a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados locais e na sociedade com um todo, considerando a geração de renda suficiente para manter as famílias fora da pobreza rural.

pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO (2008), a maioria dos assentamentos brasileiros sofre de um baixo padrão de desenvolvimento devido a fatores como: falta e/ou péssima condição das estradas internas e de acesso aos assentamentos, dificultando ou impedindo o escoamento da produção e a relação com os mercados locais; falta ou ineficiência da assistência técnica e a quase total inexistência de organização produtiva dos assentados.

No estado de Mato Grosso do Sul, cerca de 70% dos produtos agrícolas consumidos são oriundos da agricultura familiar. Não obstante, boa parte dos produtores está dividida entre 180 assentamentos espalhados por todas as regiões do Estado, abrangendo cerca de quase 50 mil famílias (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2007). No entanto, de acordo com tipologia estabelecida por Guanzirolí et al. (2001)³ quase 60% dos agricultores familiares da região Centro-Oeste do Brasil (dentre os quais se inclui o estado de Mato Grosso do Sul) são considerados produtores descapitalizados, ou seja, que gerava nível de renda inferior à linha de pobreza, constituindo-se principalmente em reserva de mão de obra, com pequena produção destinada ao autoconsumo.

Vilanova (2005, p. 153), ao pesquisar assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul verificou a existência de diversos elementos que dificultam o desenvolvimento efetivo das famílias assentadas – tais como “falta de percepção coletiva de pertencer à região, falta de proximidade cultural, ausência de confiança e reciprocidade, bem como falta de compartilhamento de valores e crenças” – o que pode ser traduzido em uma situação que favorece a ausência de capital social entre os assentados, fato esse que, segundo a literatura, provoca efeitos negativos sobre os recursos comuns e sobre todo o tecido social (PUTNAM, 1993). Similarmente, Bittencourt (1998), em estudo para a FAO/INCRA, constatou que a organização social dos assentados influencia diretamente o desenvolvimento dos assentamentos, uma vez que os assentamentos menos desenvolvidos não apresentavam nenhuma forma organizativa social. Outro ponto destacado pelo mesmo autor em seu trabalho refere-se ao peso das instituições informais (também conhecidas como convenções) no desenvolvimento dos assentamentos.

Assim, com a proposta de contribuir para a busca de soluções no que se refere ao desenvolvimento efetivo

³Para detalhes sobre esta tipologia ver metodologia definida por Guanzirolí et al. (2001).

da agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, especificamente, e de todo o Brasil, de maneira geral, a presente pesquisa incide sobre um conjunto de restrições (econômicas e sociais) que parecem bloquear, tanto a potencialização de vantagens, como a redução de desvantagens entre os pequenos produtores. Nessa perspectiva, a junção da economia das convenções com o capital social vem oferecer uma alternativa importante para a avaliação e o aprimoramento de um modelo de desenvolvimento efetivo que considere tais nuances (VILPOUX e OLIVEIRA, 2010).

Sendo assim, entende-se que a ação coletiva entre as pessoas é uma opção para ativar ou melhorar o processo de desenvolvimento local, inclusive na agricultura familiar, seja na forma de assentamentos rurais, glebas agrárias ou outros. Nessa perspectiva, a questão que se coloca é: *Como e por que as convenções e o capital social são importantes para o desenvolvimento efetivo da agricultura familiar?*

Em face da relevância desta temática para a sociedade brasileira como um todo, objetivou-se, principalmente neste artigo, analisar o efeito das convenções e do capital social no desenvolvimento da agricultura familiar, especificamente, no que diz respeito ao modo como esses dois elementos incidem na estruturação de um modelo empírico-conceitual para agricultura familiar, assentada e não assentada, do estado do Mato Grosso do Sul.

A pesquisa justifica-se pelo fato de que uma compreensão inequívoca dos fatores e elementos condicionantes (em especial, as convenções e o capital social) que envolvem a viabilização socioeconômica dessas unidades de produção, possibilitaria: i) avançar na consolidação de um modelo que auxilie a busca pelo desenvolvimento efetivo para a agricultura familiar; ii) contribuir, sem a pretensão de negar a relevância de outras visões e interpretações, com a oferta de diagnósticos novos sobre a agricultura familiar brasileira e; iii) poderia propiciar o entendimento de alguns dos principais entraves na questão do desenvolvimento de assentamentos rurais no Brasil.

Isto é relevante, principalmente quando se percebe com maior clareza, que as relações sociais podem, e devem, ser reforçadas na definição de políticas públicas para a agricultura familiar, objetivando reforçar os laços cooperativos e fomentando a ação coletiva de seus produtores. Dito de outra maneira, a consolidação de uma metodologia ampla que auxilie o desenvolvimento da agricultura familiar permitiria aos produtores familiares, foco

desta discussão, potencializar os recursos naturais e sociais de que dispõem, de modo a garantir a melhoria de vida das comunidades formadas por assentamentos, colônias agrárias ou glebas de agricultores. Ademais, cabe ressaltar que o momento atual é o mais adequado para tal consolidação, haja vista, principalmente, a postura do Governo Federal do Brasil em incentivar esse tipo de atividade.

2 OBJETIVO

Objetivou-se, nesta pesquisa, analisar o possível efeito das convenções e do capital social no desenvolvimento efetivo da agricultura familiar, especificamente, em parte da agricultura familiar presente no estado de Mato Grosso do Sul.

3 MÉTODO

A abordagem de pesquisa, o método de procedimento e seleção dos casos relacionam-se às características do estudo e permitiram subsídios para atender seus objetivos e responder à questão de pesquisa formulada anteriormente. Sob essa perspectiva, essa pesquisa foi conduzida tendo por base a forma proposta por Collis e Hussey (2005): a) quanto ao objetivo constituiu-se em um estudo exploratório; b) quanto ao processo, é um estudo qualitativo e quanto à lógica se classifica como pesquisa indutiva. Esses aspectos são descritos com detalhes, a seguir.

3.1 Quanto à abordagem

Em atenção aos propósitos gerais, a pesquisa realizada é de natureza qualitativa. Bryman (1989) destaca as seguintes características da pesquisa qualitativa: presença do pesquisador na organização, profunda compreensão do contexto, maior flexibilidade, considerando que a realidade é aquela construída pelos indivíduos envolvidos na pesquisa, uso de mais de uma fonte de dados, variáveis difíceis de quantificar porque são pouco conhecidas, proximidade entre pesquisador e objeto de pesquisa.

Especificamente, trata-se de uma pesquisa exploratória por analisar a importância das convenções e do capital social no desenvolvimento de sete assentamentos rurais, uma gleba agrária e uma colônia de produtores orgânicos – estando todos localizados em Mato Grosso do Sul, mais especificamente na região Centro-Sul do Estado – e também, por propor um modelo empírico-conceitual que inclui a influência desses dois elementos sobre o desenvolvimento efetivo dessas unidades de

produção agrícola familiar, observando o envolvimento de análises empíricas e teóricas, de um caso particular, para a formulação de suposições que podem ser generalizadas (CRESWELL, 2007).

Sobre a condição de pesquisa indutiva, cabe destacar que é a forma como o tema é abordado pelo pesquisador, em seu raciocínio e/ou argumentação, tendo como objetivo não só a produção de pensamentos, mas também, a orientação de reflexão (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). A presente pesquisa é considerada indutiva devido à possibilidade de se generalizar resultados específicos de certo número de casos, para todas as ocorrências similares.

3.2 Quanto ao método de procedimento e seleção dos casos

Nesta pesquisa, utilizou-se o método de estudo de casos múltiplos, que é uma variação do estudo de caso (YIN, 2003). Estudos de caso único ou múltiplos, geralmente, envolvem profundidade e detalhamento do objeto estudado (CRESWELL, 2007; HAIR JUNIOR et al., 2005; MARCONI; LAKATOS, 2008; VERGARA, 2005). Nessa direção, a presente pesquisa valeu-se do estudo multicase pela necessidade de empirismo profundo e detalhado com uma amostra relativamente ampla. Além disso, é um estudo de casos múltiplos com amostragem não probabilística por conveniência, sendo que a coleta de dados deu-se por meio de entrevistas com questionário semi-estruturado⁴ aplicado às lideranças e produtores.

Para o levantamento de dados e de informações relevantes à investigação e à compreensão das questões propostas, foram utilizadas técnicas de documentação direta e indireta, e observação direta intensiva. A técnica de documentação direta deu-se por meio de pesquisas e consultas nos sítios de diversos órgãos governamentais, dentre os quais o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER), entre outros.

Com relação à documentação indireta, cabe destacar que os dados foram coletados no local em que os fenômenos ocorrem por meio da pesquisa de campo. Por fim, a observação direta intensiva deu-se em duas maneiras:

observação e entrevista. Com relação às entrevistas, as mesmas foram realizadas dispondo-se de um questionário semi-estruturado que permitiu a comparação das respostas de diferentes indivíduos, sendo que o referido questionário foi submetido a um pré-teste antes de ser aplicado na amostra da pesquisa.

Como parte do protocolo de pesquisa para se chegar aos entrevistados, os pesquisadores utilizaram-se da oportunidade de contato com os moradores assentados por meio do *Projeto UFMS vai à Escola*. Os pesquisadores aproveitaram as visitas desse projeto aos assentamentos a fim de realizarem entrevistas com os moradores e lideranças, uma vez que durante o período de coleta dos dados, ocorreram visitas periódicas do pessoal envolvido no referido projeto nas localidades pesquisadas. Nos casos da Gleba Santa Terezinha e Colônia de produtores orgânicos de Campo Grande, a conveniência deu-se por serem casos anteriormente conhecidos dos pesquisadores, portanto com contatos estabelecidos antes da pesquisa.

Assim, selecionaram-se, por conveniência, com a finalidade de observação e aplicação dos questionários, nove casos de grupos de produtores inseridos na agricultura familiar, todos localizados em Mato Grosso do Sul: *Assentamento Paulo Freire*, localizado em Dois Irmãos do Buriti; *Assentamento Vale Verde*, localizado no município de Jaraguari; *Assentamento Monjolinho*, localizado no município de Anastácio; *Assentamento Nova Esperança*, localizado no município de Jateí; *Assentamento Santa Mônica*, localizado no município de Terenos; *Assentamento Itamarati II*, localizado no município de Ponta Porã; *Assentamento Juncal*, localizado no município de Naviraí; *Gleba Agrária Santa Terezinha*, localizada no município de Itaporã, e; a *Colônia de produtores orgânicos* de Campo Grande. Cabe informar, também, que nas tabelas contendo os resultados da pesquisa substituiu-se o nome dos assentamentos pela letra "A" acompanhada de uma numeração em ordem crescente (por exemplo, A1, A2...), todavia, tal ordem acompanha a ordem descrita acima. O Quadro 1 apresenta qual foi o número de entrevistados em cada caso analisado, mais especificamente quantos foram os agricultores familiares entrevistados, além da liderança.

Por fim, ainda com relação à seleção dos casos cabe destacar que os pesquisadores procederam com o estudo em um caso piloto, meses antes da coleta de dados. Esse caso piloto continha as mesmas características da amostra a ser pesquisada e propiciou aos pesquisadores um melhor entendimento das variáveis de impacto na pesquisa, sendo que o mesmo caso também auxiliou os pesquisadores a aprimorarem os procedimentos para a coleta de dados.

⁴Caso haja interesse em conhecer o questionário utilizado na presente pesquisa favor enviar e-mail para o seguinte endereço: rn.tomas@uol.com.br, mencionando no título "solicitação de questionário".

Casos analisados	Entrevistados (além da liderança)
Assentamento Paulo Freire	4
Assentamento Vale Verde	3
Assentamento Monjolinho	2
Assentamento Nova Esperança	2
Assentamento Santa Mônica	3
Assentamento Itamarati II	6
Assentamento Juncal	5
Gleba Santa Teresinha	2
Colônia de Produtores Orgânicos	3
Total	30

QUADRO 1 – Número de entrevistados por cada caso analisado.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A agricultura familiar no âmbito desta pesquisa

Considerando-se que a agricultura familiar é um dos elementos centrais desta pesquisa, torna-se imprescindível a presença de um tópico que contemple alguns dos principais aspectos pertinentes a essa temática no âmbito deste trabalho.

A agricultura familiar é entendida como uma unidade de produção na qual o trabalho, a terra e a família estão intimamente relacionados. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por grande parte dos estabelecimentos agrícolas e tem enorme importância econômica em diversas cadeias produtivas. Contudo, a maioria dos agricultores que se dedicam a esse tipo de produção não tem sua importância econômica e social plenamente reconhecida pela sociedade (SILVESTRO et al., 2009). Apesar das diferenças observadas na tipologia, em termos conceituais, a “agricultura familiar” ou a “produção familiar” abrange uma gama variada de agricultores e vai desde a agricultura de subsistência à monocultura tecnificada, sendo essa última orientada exclusivamente para as demandas do mercado (GARCIA FILHO, 1999).

Segundo Guanziroli et al. (2001), as estratégias de produção do agricultor familiar, ao contrário dos grandes produtores agrícolas, são baseadas na valorização dos

recursos disponíveis internamente, no estabelecimento familiar e na sobrevivência da família. Para Carneiro (1998), a análise sobre a agricultura familiar tem privilegiado como ponto de observação, as unidades de produção, desde que estejam centradas na relação entre o produtor e o mercado e em condições de corresponder às demandas.

Entretanto, Carvalho (2000) alerta que, frequentemente predomina, nas análises centradas na unidade de produção, um viés reducionista, no qual a lógica das relações sociais é reduzida à lógica do fator econômico, cujas atitudes se movem, quase exclusivamente, pelas necessidades do processo produtivo e pela sobrevivência física. Como decorrência desse processo, surge o conceito de agricultura de subsistência que, para o autor, está em oposição à agricultura integrada ao mercado.

Tradicionalmente, a política agrícola brasileira sempre focou as grandes e médias propriedades capitalistas, fato que resultou em crescente marginalização dos pequenos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual. Nessa direção, cabe destacar que, no Censo Agropecuario de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuarios brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área (IBGE, 2006).

É necessário ressaltar que, no âmbito desta pesquisa, os produtores pesquisados caracterizam-se pelo modo de vida mais básico da agricultura familiar, ou seja, produzem para o autoconsumo e comercializam o excedente a fim de suprirem as necessidades dos membros familiares. Desse ponto surge a importância do conceito de *desenvolvimento efetivo*, abordado pelos autores na presente pesquisa.

É importante ressaltar, também que, para esses agricultores são as relações sociais, especialmente, as relações de confiança, cooperação e reciprocidade que consolidam os laços e a permanência dos membros no campo (SILVESTRO et al., 2009). Sob essa perspectiva, alguns autores trazem à luz o entendimento de como essas relações sociais ocorrem e de como podem influenciar ou afetar o desempenho socioeconômico dessas unidades de produção agrícola familiar.

Para Mauss (1974), a reciprocidade está baseada no ato de dar, de forma generosa e gratuita, de receber e de retribuir, formando um processo de solidariedade, ajuda mútua, fortalecendo a confiança, pois no ato de dar existe mais que uma mera troca. E, segundo o autor, existe todo

um simbolismo presente que reforça valores humanos além dos valores econômicos envolvidos.

Assim, Tesche (2007) assevera que as relações sociais informais de reciprocidade influenciam, de forma determinante, as relações no dia a dia de uma comunidade, sendo que a confiança e a boa convivência entre eles tornam-se mais importantes do que as regras escritas. Ainda segundo o mesmo autor, essa confiança não se obtém por meio de cláusulas contratuais, ao contrário, ela exige certo risco de acreditar que aquele com quem se relaciona, não vai trair, mas retribuir o bem recebido na rede social por ele ocupada. Para os autores da presente pesquisa essa conceituação proposta por Tesche (2007) aproxima –se bastante do conceito de convenções, muito embora este último esteja ligado à Teoria Econômica, e o primeiro, mais voltado para o campo da antropologia e sociologia.

Outro ponto importante da reciprocidade é a chamada Economia da Reciprocidade, pesquisada por Polanyi (1980). De acordo com esse autor, a reciprocidade é capaz de gerar formas de mercado diferenciadas. Nesse contexto, Saborin (2003) entende que a economia da reciprocidade apresenta importante fator de desenvolvimento para as famílias de agricultores rurais, pois é fator primordial da racionalidade econômica.

Chayanov (1974), ao estudar o antigo modo de vida dos camponeses compreendeu que a forma com que a unidade se desenvolvia não dependia somente da racionalidade econômica, mas também de fatores adicionais como a garantia de satisfação das necessidades dos membros que a constituíam. Com essa compreensão, o autor verificou que, muitas vezes, para o homem do campo o econômico se submete ao social.

Entretanto, com o avanço do progresso técnico, a unidade de produção da agricultura familiar moderna pouco tem a ver com a antiga unidade de produção camponesa, como afirma Abramovay (1998, p. 117) “as unidades de produção agrícola familiar integraram-se plenamente às estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas, sobretudo, o círculo social em que estão inseridas”.

Não obstante, observa-se que para enfrentar as dificuldades impostas pela integração ao mercado, o fortalecimento das relações sociais entre os agricultores familiares continua sendo um meio que oportuniza, aos mesmos, obterem um melhor desempenho socioeconômico (TESCHE, 2007). Notoriamente, é sobre essa perspectiva que se assentam as proposições teóricas da presente pesquisa.

4.2 Teorias das Convenções e do Capital Social

Para Bessy e Favereau (2003), as instituições formais (tais como contratos, acordos legais, entre outros) reduzem, mas não eliminam as incertezas entre atores. Assim, a Teoria Econômica das Convenções que surgiu com a busca de uma representação econômica de melhor exatidão dos mecanismos convencionais de coordenação, oferece uma forma de sanar tal incompletude. Nessa direção, Sylvander (1992) também comenta que a Economia das Convenções é uma alternativa à teoria econômica que se apoia sobre o modelo neoclássico tipo *Walrasiano*, apresentando soluções para os problemas de coordenação que afetam o funcionamento dos mercados, ao descrever os diferentes tipos ou formas de coordenação que contribuem para regular as relações entre atores.

Para Gavioli (2010), as convenções regulam e moldam o comportamento do indivíduo sem a necessidade de um aparato legal. Na visão do autor, como as convenções privilegiam a relação entre atores, as penalidades para atitudes consideradas inoportunas ao padrão social evocam o afastamento ou a exclusão do indivíduo do grupo, fato que estimula as regras informais.

Para Lewis (1969), uma convenção é uma regularidade R do comportamento dos membros de uma população P, dada uma situação S recorrente. Essa regularidade é observada porque cada agente espera que os demais sigam a convenção e que, se essa é seguida, a coordenação entre os indivíduos será assegurada. O objetivo da Economia das Convenções, segundo Orléan (1994), é a construção de um quadro multidisciplinar para abordar a questão geral da coordenação coletiva das ações individuais por meio de convenções.

Segundo Simões (2001, citado por VILPOUX, 1997), questões organizativas como redes locais de produção, recursos familiares, redes tradicionais de proximidade ou instituições locais, pressupõem relações duráveis entre os agentes econômicos, as quais se baseiam preferencialmente em comportamentos de fidelidade, confiança ou lealdade, e muito menos nas relações mercantis mediadas unicamente pelos preços. Outrora, o mesmo autor afirmava que a economia das convenções trazia à tona o papel dos marcadores coletivos na coordenação das ações individuais, sendo que a elaboração desses marcadores permitia uma redução dos riscos que cercavam as ações dos indivíduos.

Assim, é possível estabelecer que organizações de um mesmo espaço de interação se beneficiem de valores comuns e respondam com regras similares de comportamento, ou convenções (THEVENOT, 2007). Dito

de outra forma, as convenções favorecem as transações entre os atores e diminuem seus custos, permitindo a ampliação do desenvolvimento econômico dos agentes envolvidos nas transações.

É importante ressaltar que as convenções podem ser vistas como regras de um comportamento coletivo esperado. Na medida em que cada indivíduo espera que o outro siga uma *convenção*, permite-se maior previsão e estabilidade do comportamento dos agentes envolvidos em determinado contexto. Nessa direção a existência de convenções permite a criação de capital social, sendo esses (sob a perspectiva do conceito de territorialidade), ingredientes facilitadores do desenvolvimento coletivo (VILPOUX e OLIVEIRA, 2010).

Com relação ao capital social, é necessário ressaltar que o mesmo não possui uma definição consensualmente aceita, mas vem recebendo significativa atenção, particularmente entre sociólogos, economistas e cientistas políticos, além de organizações públicas e privadas. De acordo com Kliksberg (1999), há quatro formas básicas de capital: o natural, constituído pela dotação de recursos naturais com que conta um país; o capital construído, gerado pelo ser humano (incluindo-se infraestrutura, bens de capital, financeiro, comercial, entre outros); o capital humano, determinado pelos graus de nutrição, saúde e educação de sua população, e o capital social, descoberta recente das ciências do desenvolvimento.

Segundo Baron, Field e Schuller (2000) é possível traçar pelo menos três principais origens do conceito de capital social – sendo que, neste trabalho, abordam-se apenas as duas primeiras descritas a seguir: i) a primeira limita-se aos escritos de autores, provenientes das ciências sociais, que cunharam e difundiram expressamente o termo, destacando-se Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam; ii) a segunda trata de elementos chave, como confiança, coesão social, redes e instituições, em vários contextos e disciplinas nos quais o conceito tem sido usado implícita ou explicitamente; iii) a terceira, e mais extensa, inclui autores cuja produção contém elementos precursores do conceito de capital social, mas remontam à sociologia clássica do século XIX, incluindo autores como Émile Durkheim e Max Weber, que não é o foco principal da presente pesquisa.

Nessa direção, é importante notar que o capital social, quando existente em uma região, beneficia toda a comunidade, na medida em que torna possível o empreendimento de ações colaborativas. Baseado em evidências históricas, Putnam (1993) afirma que fatores socioculturais, como tradições cívicas, capital social e

cooperação têm papel decisivo na explicação das diferenças de desenvolvimento local, até mesmo em localidades geograficamente próximas. Ele atribui papel central ao capital social na determinação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico e argumenta que a presença de capital social em uma dada população é determinada, historicamente, pelas práticas culturais, acumuladas por essa mesma população.

Para Coleman (1990), o capital social apresenta-se tanto no plano individual como no plano coletivo, estando relacionado, no plano individual, com o grau de integração social de um indivíduo, sendo que sua rede de contatos sociais implica em relações, expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis.

Assim, cabe ressaltar que o capital social é produtivo. Ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos com a sua ausência. Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que, individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda (COLEMAN, 1990).

O capital social aparece como importante instrumento capaz de auxiliar a solução dos dilemas de ação coletiva. Isso pode acontecer por meio da solidariedade e da cooperação, ou por meio do estabelecimento de regras comuns (as convenções). Nessa perspectiva, Vilpoux e Oliveira (2010) consideram que a junção da economia das convenções com o capital social, ao contemplar variáveis de análise que antes eram postas de lado, oferece uma alternativa importante para a avaliação e aprimoramento de um modelo de desenvolvimento efetivo de determinado grupo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Resultados verificados nos Assentamentos Rurais e na Gleba Santa Terezinha

Neste tópico, apresentam-se os resultados concernentes à aplicação dos questionários de pesquisa, a saber, os resultados obtidos junto aos assentamentos rurais e à Gleba Santa Terezinha, sendo que ao final do presente item elencam-se os principais resultados obtidos com a aplicação dos questionários na Colônia de produtores orgânicos do entorno de Campo Grande. Tal escolha deve-se ao fato de essa parte da amostra (produtores orgânicos) ser um pouco distinta das demais.

Inicialmente e para um melhor entendimento dos resultados convém descrever, resumidamente, alguns atributos históricos da Gleba Santa Terezinha. O local onde encontra instalada a gleba em questão era, até o final da década de 1950, uma fazenda de 3.500 hectares. No ano de 1960, com o incentivo e apoio de políticos locais, um grupo entre 15 e 18 famílias de agricultores familiares, oriundos da região sul do Brasil, estabeleceram-se em parte dessas terras. Depois de seguidos conflitos entre os colonos e o proprietário das terras, o governador do Estado, à época (1964), decretou intervenção sobre parte dos 3.500 hectares e garantiu direito de propriedade aos colonos, transformando a área em terras produtivas. Durante a década de 1970, levas de imigrantes vindos, principalmente, do estado do Paraná, chegaram à Gleba Santa Terezinha. No dia 6 de janeiro de 1982, o INCRA legalizou os lotes e o governador do Estado fez a entrega dos títulos aos proprietários, passando a ser essa, a data oficial de criação da gleba.

Com relação às atividades econômicas é possível afirmar que, ao longo dos anos, muitas atividades foram incentivadas como alternativa para impulsionar o progresso local. Desde a chegada dos primeiros paranaenses ao local, o trigo e a soja sempre estiveram presentes na pauta de produção agrícola da gleba. Atualmente, o milho safrinha vem ocupando o espaço da produção de trigo – que tem deixado de ser uma cultura economicamente atrativa para os moradores da gleba, devido, em grande parte, à entrada do trigo argentino no mercado brasileiro. Outra atividade econômica frequente na gleba é a criação de animais para abate, a saber, frangos e suínos. Cabe ressaltar que esse é um sistema de produção integrada – cujos primeiros contratos datam por volta de 20 anos atrás – com empresas frigoríficas como a Seara, Avipal e Frangosul/Doux. Atualmente existem, na gleba, 22 barracões de frango de corte e outros 22 barracões de criação de suínos, todos inseridos no sistema de produção integrada.

No contexto das relações sociais, os primeiros colonos imigrantes trouxeram – das suas regiões de origem – experiências em diversas atividades agrícolas e desde a formação da Gleba Santa Terezinha havia a troca de conhecimentos entre os moradores, primeiro em rodas de chimarrão, depois em festas, bingos e quermesses, fomentando um vínculo social que é mantido até os dias de hoje. Outro ponto que chama atenção refere-se ao fato de que, desde o início da gleba, havia a preocupação dos moradores em se ter (na gleba) um lugar para reuniões, tanto sociais como de ordem técnica. Assim, usou-se inicialmente o espaço da pequena capela que, com o passar do tempo e aumento do número de moradores, ficou pequena. Em 1984,

os moradores deram início a um projeto arrojado de construção de uma área coletiva que, atualmente, conta com salão de eventos, escritório, diversas salas e galpões, totalizando mais de 500 metros quadrados de construção.

Com relação aos assentamentos pesquisados, um ponto importante é que a maioria deles não possui mais do que dez anos de fundação. No que diz respeito à proximidade com os municípios, os casos analisados distam, no mínimo, 30 quilômetros das cidades a que pertencem e estão ligados às mesmas por estradas de terra, com exceção para o assentamento Itamarati e a Gleba Santa Terezinha que possuem estrada asfaltada. No que se refere à infraestrutura interna, quase todos os assentamentos pesquisados não dispõem de estradas em boas condições, nem de escolas suficientes e nem postos de saúde em funcionamento. As principais características da amostra são apresentadas no Quadro 2.

No que diz respeito à renda da terra, em todos os assentamentos o resultado foi que a mesma é **baixa** (menor que R\$ 200,00), com destaque para o Assentamento Paulo Freire, cujos entrevistados afirmaram que houve evolução da mesma, sendo que dois anos atrás a renda era **muito baixa** (menor que R\$ 100,00). No caso da Gleba Santa Terezinha, com relação à mesma questão, verificou-se que os moradores consideram a atividade rural como muito boa, com uma diferença dos assentamentos: a renda oriunda das atividades foi considerada, no geral, como **boa** (R\$ 1.500), sendo que, para alguns moradores da gleba, ela pode ser considerada como **muito boa** (acima de 3.000,00). Ademais, as famílias estão satisfeitas com a renda que obtêm da terra, o endividamento é mínimo entre os produtores, e esses consideram que, de maneira geral, todos os moradores da gleba progrediram nos últimos anos.

No que se refere às características técnicas dos assentamentos, conforme consta do Quadro 3, verifica-se que a maioria dos produtores assentados não faz o planejamento das atividades e não conhece a realidade do mercado no qual pretendem se inserir, ou no qual estão inseridos. Outro ponto que merece destaque refere-se à não utilização, pelos agricultores assentados, do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA⁵), exigido pelo INCRA.

⁵O PDA é um modelo de planejamento de gestão voltado para a agricultura familiar coletiva. Para obter maiores detalhes, consultar NORMA DE EXECUÇÃO/INCRA/Nº 02, DE 28 DE MARÇO DE 2001 que trata do Plano de Desenvolvimento de Assentamentos exigido pelo INCRA.

Quadro síntese: Características Gerais da amostra								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	Gleba Santa Terezinha
Ano de criação	2002	2001	1980	2000	2004	2002	2002	1964
Maioria é alfabetizada	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Possui associação comunitária	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Abandono de terra	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Renda	< R\$ 200/família para todos os assentamentos pesquisados							> R\$ 1.500
Maioria está endividada	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Principais produtos	Mandioca fruta/leite	Leite	Leite	Leite e Mandioca	Mandioca algumas frutas	Leite	Leite e frutas	Soja Suínos Outros
Presença de atravessadores	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Diversificação das atividades	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Produção coletiva	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

QUADRO 2 – Características gerais da amostra.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Gleba Santa Terezinha diferencia-se dos assentamentos, pois seus produtores, por meio da associação de moradores recebem cursos de capacitação que abordam outras questões: como inserir produtos nos mercados, como calcular os custos de produção, entre outros. Ainda com relação à gleba verificou-se que, embora não exista uma cooperativa que estimule a compra de insumos ou a venda de produtos em conjunto, não existe, como nos assentamentos, a falta de organização por parte dos produtores, para compras e vendas coletivas. Um exemplo disso é a reunião de alguns produtores para contratar serviços em conjunto, visando diminuir o custo total da produção agrícola.

Eis as principais diferenças das Convenções na amostra pesquisada (Quadro 4).

Quanto às convenções (ou instituições informais), os entrevistados atribuem um elevado grau de importância à existência de normas de comportamentos, códigos de conduta, tradições, reputação e confiança (baseada na honestidade e experiências passadas). Entretanto, com relação aos assentamentos, os entrevistados foram contundentes ao afirmar que os produtores assentados, ao venderem seus produtos, têm algum receio de não receber o valor que lhes é devido, em parte porque quase todos os moradores já tiveram problemas para receber pelo produto entregue, e também porque, na maioria das vezes, os prazos de recebimento (pela venda) não são respeitados.

Não obstante, para a maioria dos assentados, quando se combina algo com outro produtor (às vezes,

Quadro síntese: Características de planejamento								
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	Gleba Santa Terezinha
Existe planejamento formal das atividades	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Assentados conhecem o mercado	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Necessitam de ajuda no planejamento	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Conhecem o PDA	SIM	UM POUCO	UM POUCO	NÃO	UM POUCO	SIM	UM POUCO	SIM
Fazem Aplicação do PDA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Possuem assistência	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Definem margem de lucro	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Pretendem constituir cooperativa	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

QUADRO 3 – Características de planejamento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

mesmo dentro do assentamento) não se tem certeza de que o mesmo irá cumprir o que foi combinado. Quando indagados se os assentados cumprem o que foi combinado, existe quase unanimidade, por parte dos entrevistados, de que os assentados sempre cumprem o combinado, pois necessitam da confiança do mercado para sobreviverem. Entretanto, uma pequena parcela afirma que alguns moradores (e produtores) nem sempre cumprem o que foi combinado, motivo pelo qual, no passado, clientes foram perdidos.

Ainda com relação aos assentamentos, a pesquisa evidenciou que existem ocasiões entre os moradores nas quais a palavra é a única garantia dada, sendo que, no dia a dia do assentamento, a reputação é muito importante. Na Gleba Santa Terezinha verificou-se que é atribuído, pelos entrevistados, um elevado grau de importância à existência

de normas de comportamento, códigos de conduta, tradições, reputação e confiança (baseada na honestidade e experiências passadas), só que, diferentemente dos produtores assentados, os produtores da gleba, ao venderem seus produtos, não têm receio de não receber o valor que lhe é devido, isso porque, grande parte do que é produzido na gleba ou está contratado por grandes empresas, ou já possuem compradores diretos, como exposto antes.

Não obstante, para os moradores da gleba, quando se combina algo com outro produtor existe a certeza de que o mesmo irá cumprir o que foi combinado. Com relação ao produtor da gleba se vai cumprir o que foi combinado é uma prática recorrente.

Eis as principais diferenças relativas ao capital social na amostra pesquisada (Quadro 5).

Quadro síntese: Diferenças das Convenções na amostra		
	Assentamentos	Gleba Sta. Terezinha
Existem normas de comportamentos e códigos de conduta (baseados em experiências passadas)?	SIM	SIM
Existe reputação e confiança? (com receio de não receber pela venda)	SIM	_____
Existe reputação e confiança? (sem receio de não receber pela venda)	_____	SIM
Existe certeza de cumprimento do que foi combinado?	NÃO	SIM
Os prazos para recebimento são respeitados?	NÃO	SIM
Existem ocasiões em que a palavra é a única garantia dada?	SIM (com ressalvas)	SIM

QUADRO 4 – Diferenciação quanto às Convenções.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro síntese: Diferenças de Capital Social na amostra		
	Assentamentos	Gleba Sta. Terezinha
Existe o hábito de apadrinhar os filhos uns dos outros?	SIM	SIM
Existe ajuda mútua e boa relação entre vizinhos?	SIM	SIM
Existe o hábito de se reunirem para elaboração de produtos em conjunto?	NÃO	SIM
Existe o compartilhamento de máquinas e equipamentos?	NÃO	SIM
Existem grupos de afinidade?	NÃO	SIM
Existem festas religiosas ou comemorativas?	NÃO	SIM

QUADRO 5 – Diferenciação quanto ao Capital Social.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que diz respeito às ações coletivas, constatou-se que: a) os filhos dos assentados estudam, na maioria, juntos; b) os assentados fazem troca de produtos entre si; c) existe ajuda mútua no trabalho da lavoura ou com animais, ainda que de vez em quando; d) os assentados possuem boa relação com a vizinhança, geralmente se recebem em casa e também se visitam, e; e) há certa confiança entre os assentados, o que lhes permite, em certa medida, emprestar pequenas quantias de dinheiro uns aos outros. Esse comportamento também foi verificado na Gleba Santa Terezinha.

Entretanto, verificou-se também que nos assentamentos pesquisados: a) os moradores não têm o hábito de se reunirem para fazerem produtos, nem existe compartilhamento de máquinas e equipamentos entre os moradores em conjunto; b) não existem festas comemorativas nos assentamentos; c) não existe organização coletiva de grupos entre os moradores; d) que os grupos de afinidade que existiam (como é o caso do Assentamento Paulo Freire) diminuíram ao longo dos anos e hoje se encontram dispersos, e; e) não se pode confiar

nas pessoas de maneira efetiva, sendo que, na maioria das vezes, os moradores adotam a postura de estarem atentos para que outros assentados não venham a agir de má fé, nas relações entre si.

Na Gleba Santa Terezinha verificou-se que: a) existe o hábito de as pessoas se reunirem para fazerem produtos em conjunto; b) existem festas comemorativas entre os moradores; c) existe compartilhamento de maquinários e equipamentos; d) existem grupos de afinidade que têm reuniões frequentes (como é o caso da suinocultura e avicultura), e; e) os moradores confiam uns nos outros. Além disso, no que se refere à organização do tecido social verificou-se que é estabelecido entre os moradores da gleba, além da associação e grupos de afinidade, também grupos e festas religiosas, bem como ações de cidadania como campanhas de saúde e dia para atendimento referente ao título de eleitor (uma vez por ano).

Por fim, como ressaltado antes, expõe-se neste final de tópico o caso dos produtores orgânicos. Com vistas a ampliar os resultados desta pesquisa, optou-se por incluir na amostra uma parcela de 36 produtores familiares que desenvolvem atividades no entorno da cidade de Campo Grande. Esses produtores estão inseridos em um projeto de produção e comercialização de olerícolas, em uma feira-livre de produtos orgânicos de Campo Grande. Os dados de pesquisa evidenciaram que a organização desses produtores dispõe de certa presença de convenções e capital social, mas cabe destacar que essa presença não está ainda consolidada, dado, entre outros motivos, o pouco tempo de convivência entre eles. Não obstante, verificou-se que esses produtores têm suas produções calcadas em planejamento e conhecimento técnico.

5.2 Apresentação de um modelo considerando as convenções e o capital social, no desenvolvimento efetivo da agricultura familiar

No tópico anterior, constatou-se empiricamente que os assentamentos rurais pesquisados são carentes de vários elementos que podem influenciar em sua realidade econômica e social. Entretanto, no sentido de avançar nesta análise, o presente tópico apresenta o delineamento de um modelo conceitual-empírico que contemple o desenvolvimento efetivo para produtores da agricultura de base familiar, assentada ou não. Inicialmente serão elencadas, por meio de um quadro síntese, as principais diferenças com relação aos principais resultados que incidem sobre o objetivo desta pesquisa, conforme Quadro 6.

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa evidenciou que existe baixo desenvolvimento econômico

dos assentamentos rurais pesquisados devido, em grande parte, à falta tanto de planejamento das atividades produtivas como a insuficiência de renda a ser auferida. Contudo, o baixo desenvolvimento dos assentamentos não se restringe apenas ao caráter econômico, mas incorpora, também, aspectos das relações sociais. Nessa direção, observou-se que outros elementos têm influência significativa nesse contexto, como, a falta de formação de laços sociais internos (e consequentemente de capital social) e a ausência de convenções – o que, segundo a literatura, gera insuficiência de elementos facilitadores do desenvolvimento coletivo.

Se por um lado os assentamentos pesquisados apresentaram dados que apontam para um baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico, por outro, a Gleba Santa Terezinha e, em parte, a colônia de produtores orgânicos (considerados neste trabalho como casos de sucesso para a agricultura de base familiar) evidenciaram considerações importantes no que diz respeito à proposta desta pesquisa. É possível afirmar que, embora haja uma considerável gama de possibilidades e de fatores que podem afetar a promoção do desenvolvimento rural, verificou-se empiricamente que, tanto o capital social, como as convenções devem ser levados em conta.

Isso levou os pesquisadores a alargarem a análise para além do entendimento baseado nas condições econômicas, buscando entender um fenômeno maior, a saber, o conjunto de relações econômicas e sociais essenciais para a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados locais e na sociedade como um todo, considerando a geração de renda suficiente para manter as famílias fora da pobreza rural, ou seja, buscando o desenvolvimento efetivo. Dessa forma, os pesquisadores propõem um modelo conceitual capaz de considerar as variáveis em questão na presente pesquisa, conforme Figura 1.

Nota-se, a partir do referido modelo, que um fluxo ideal para que o produtor da agricultura familiar venha a obter melhores resultados econômicos e sociais deva se iniciar com o acesso à terra (a), em seguida, ter acesso a um ambiente que disponha de políticas que auxiliem o fortalecimento das relações de convenções e capital social (b), juntamente com os serviços de assistência técnica e extensão rural (c) – por isso esses elementos encontram-se alocados, no modelo em questão, próximos ao ambiente institucional, por dependerem, em grande parte, de políticas públicas – o que incidirá diretamente nas condições de planejamento e execução das atividades agrícolas (d), cujo foco é o mercado, visando melhores resultados econômicos

e sociais (e), dos quais a presente pesquisa constatou, empiricamente, depender a qualidade de vida e a sobrevivência dos produtores e suas famílias. Nessa direção, pode-se afirmar que a Gleba Santa Terezinha, uma das unidades de análise da presente pesquisa, tem esse modelo, ainda que de maneira implícita, incorporado à sua realidade.

Nota-se, também, que caso os produtores venham em algum ponto considerar o fluxo pontilhado, por exemplo, fazer o caminho direto de **a** para **d** – o que esta pesquisa verificou acontecer em determinados assentamentos – os melhores resultados, imperativamente, ficarão comprometidos, como constatou-se. Ainda assim, mesmo considerando todas as etapas do fluxo (ou seja, **a**, **b**, **c**, **d**) é importante notar que podem ocorrer alterações nos

resultados devido a fatores como: i) condição fundiária do produtor (arrendatários, meeiros, entre outros) na qual, a ausência de direitos de propriedade, ou arranjos ambíguos impede que se criem incentivos privados para melhorar os recursos disponíveis; ii) que produtores com longa experiência e tradição na agricultura são passíveis de desempenho melhor do que produtores que não tem histórico na agricultura familiar; iii) dependendo do produto cultivado, a escala de produção nem sempre permitirá alcançar níveis sustentáveis de geração de renda, e; iv) a ausência de organização coletiva (associações, cooperativas) pode tornar os produtores reféns de atravessadores ou comerciantes, resultando em transferência de rendas que poderiam ser reinvestidas pelos agricultores ou revertidas em melhorias. (BUAINAIN, 2007).

Quadro síntese: Principais diferenças na amostra total			
	Assentamentos	Gleba Sta. Terezinha	Produtores Orgânicos
Endividamento dos produtores	A maioria está endividada	Poucos estão endividados	Não estão endividados
Evasão de lotes e rotatividade	Ambas são altas	Não existe	Não existe
Associação para redução de custos em serviços/insumos	Não existe	Existe e é ativa no funcionamento	De certa forma possuem molde de associação
Renda da terra	Baixa	Boa e muito boa	Boa
Produtores são dependentes de atravessadores	Sim	Não	Não
Diversificação de atividades além das agrícolas	Não	Sim	Não
Os produtores têm informação sobre planejamento, mercado e custos	Não	Sim	Sim
Houve presença da Extensão Rural nos últimos anos?	Não	Sim, presença marcante	Sim, presença marcante
As Convenções estão presentes nas relações?	Não	Sim	Não
Capital Social	Necessita ser estimulado	Está sendo estimulado	Inspiente
Ações de Cidadania	Não existe	Existe	Não existe

QUADRO 6 – As principais diferenças encontradas na amostra total.

Fonte: Elaborado pelos autores.

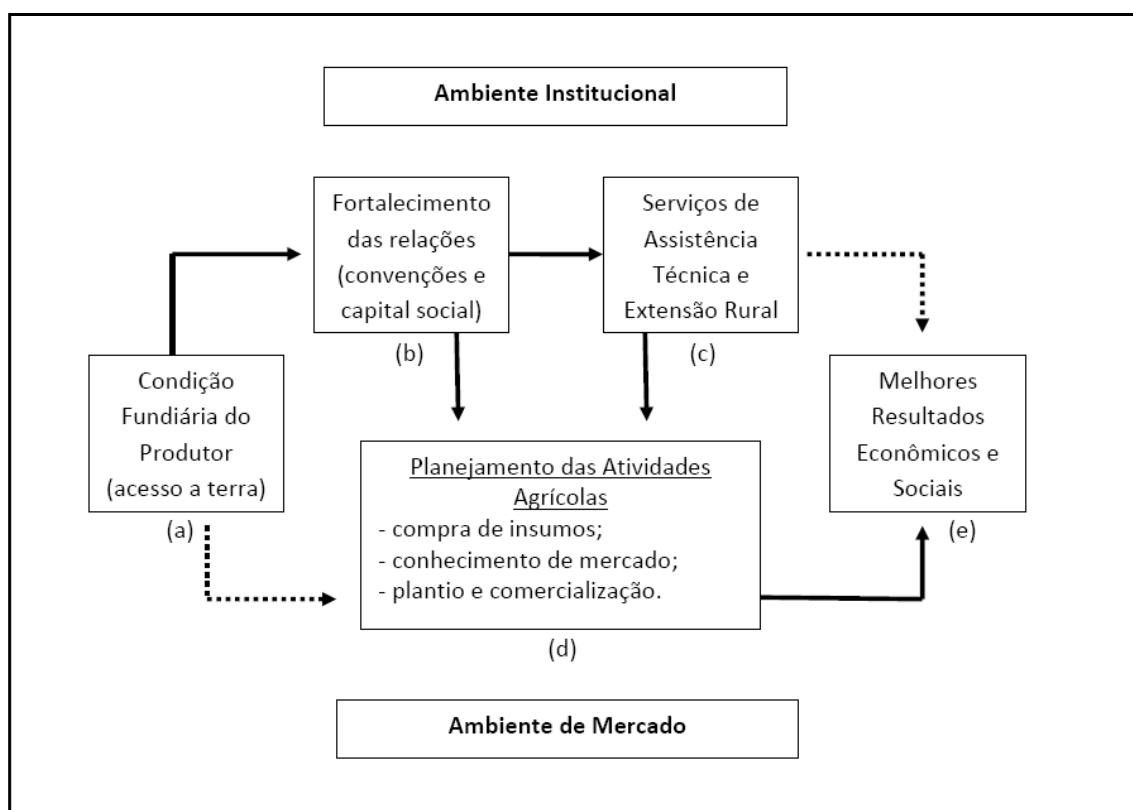


FIGURA 1 – Modelo para auxiliar a obtenção de melhores resultados na agricultura familiar

Fonte: Elaborado pelos autores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesta pesquisa analisar a importância das convenções e do capital social no desenvolvimento da agricultura familiar, especificamente, no que diz respeito ao efeito desses dois elementos na estruturação de um modelo conceitual-empírico para agricultura familiar, assentada e não assentada, do estado do Mato Grosso do Sul. Para tanto, selecionou-se, por conveniência, uma amostra formada por sete assentamentos rurais, uma gleba agrícola e uma colônia de produtores orgânicos, compondo um estudo de múltiplos casos.

Os dados coletados evidenciaram que a maioria dos assentamentos analisados: não dispõe de infraestrutura adequada; apresentam significativa evasão de lotes e rotatividade de famílias; possuem parte significativa dos produtores familiares em grave estado de endividamento; possuem produtores que são dependentes de “atravessadores” para inserir seus produtos no mercado; há produtores assentados que não fazem o planejamento das atividades e não conhecem a realidade do mercado no

qual pretendem se inserir, ou que estão inseridos; por fim, têm a incipiência de capital social e a quase ausência de relações baseadas em convenções.

Indiscutivelmente, os resultados constatados evidenciam que existe baixo desenvolvimento dos assentamentos rurais participantes da pesquisa. Se, por um lado, os assentamentos pesquisados apresentaram dados que apontam para um baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico, por outro, verificou-se que a Gleba Santa Terezinha possui uma realidade distinta dos assentamentos, ou seja, os produtores não estão endividados e contam com uma infraestrutura produtiva, operante e rentável, a qual gera uma renda agrícola que satisfaz suas necessidades, que, em alguns casos, permite um bom padrão de vida.

Considerando todas as variáveis de impacto no contexto da amostra pesquisada, propõe-se, neste trabalho, um modelo conceitual-empírico que incide sobre um conjunto de relações econômicas e sociais essenciais para a inserção sustentável dos agricultores familiares nos

mercados locais e na sociedade com um todo, considerando a geração de renda suficiente para manter as famílias fora da pobreza rural. Modelo esse que pode ser considerado de desenvolvimento efetivo.

Com relação às limitações do trabalho, é possível elencar três delas. A primeira, e possivelmente a mais relevante, refere-se à falta de outros estudos empíricos que tenham buscado desenvolver modelos para agricultura de base familiar com o mesmo foco de análise que norteou a presente pesquisa. Essa falta não só impossibilita a discussão sobre os modelos, como também inibe a possibilidade de comparação dos resultados alcançados.

A segunda limitação incide sobre a possibilidade de generalização dos resultados, visto que as análises foram realizadas sobre uma amostra reduzida, se comparada ao número total de assentamentos rurais existentes em Mato Grosso do Sul. Essa limitação torna-se ainda mais contundente na medida em que ocasiona o risco de se fazerem considerações teóricas com uma base de dados que não seja totalmente representativa.

A última limitação a ser destacada refere-se ao fato de a maior parte das informações terem sido conhecidas a partir da percepção do entrevistado. Alguns pesquisadores podem questionar essa opção metodológica, visto que o entrevistado pode incorrer em erros ao fazer sua análise. No entanto, justifica-se a opção metodológica adotada uma vez que não seria plausível realizar tal estudo sem dar a palavra ao entrevistado, que é quem melhor conhece a sua realidade.

Por fim, a partir das conclusões tecidas nesta pesquisa, bem como das contribuições geradas e das limitações expostas, entende-se que trabalhos futuros poderão ater-se a duas vertentes, a saber: ampliação da base amostral considerando-se um número maior de casos da agricultura familiar, e, uma análise que venha incluir a questão extensão rural, por ser esse, como apontam os resultados, um agente importante para a consolidação do desenvolvimento econômico dos produtores familiares.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMPRABA/CIRAD/UFPB, 2002. p. 69-79.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. **Social Capital**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BARRACLOUGH, S. A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e de outros agentes. In: _____. **A economia da reforma agrária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. (Estudos NEAD, 5). p. 377-439.

BESSY, C.; FAVEREAU, O. Institutions et économie des conventions. **Cahiers D'Économie Politique**, v. 44, n. 1, p. 119-164, 2003.

BITTENCOURT, G. A. et al. **Os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: FAO/INCRA, 1998.

BOYER, R.; ORLÉAN, A. Persistence et changement des conventions: deux modèles simples et quelques illustrations. In: ORLÉAN, A. (Ed.). **Analyse économique des conventions**. Paris: PUF, 1994. p. 243-271.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatística do meio rural**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/estatisticas_rurais.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2009.

BRYMAN, A. **Research methods and organization studies**. London: Unwin Hyman, 1989.

BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: UNICAMP, 2007.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, H. M. **Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária sob hegemonia do MST**. Curitiba: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: NV, 1974.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University, 1990.

- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food and agriculture**. Rome, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00>>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.
- GAVIOLI, F. R. **As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP**. 177f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos *campus* Araras, Arara, 2010.
- GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Análise multivariada dos dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HEREDIA, B. M. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-NUAP/PPGAS/UFRJ, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: agricultura familiar**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466>. Acesso em: 30 jun. 2010.
- _____. **Contas nacionais trimestrais, indicadores de volume e valores correntes**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 7 maio 2009.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura. **Revista de La Cepal**, Santiago de Chile, v. 69, p. 85-102, 1999.
- LEWIS, D. **Convention**. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EDUFSCar, 2005. p. 95-129.
- MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (Orgs.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARQUES, A. C. H.; SANTO, C. R.; CEPÊDA, V. A. Indicadores socioeconômicos das famílias desistentes em projetos de assentamentos rurais na região noroeste do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2002. 1 CD-ROM.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v. 2.
- MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: histórias e atualidades da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- PAULILLO, L. F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1. p. 545-570.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PUTNAM, R. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University, 1993.
- SABOURIN, E. Reciprocidade nas sociedades rurais. In: Encontro de Ciências Sociais, Aracajú, 2003, **Anais...** v. 1, p. 1-26. Aracajú, UFS, 2003.

- SILVESTRO, M. L. et al. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: o caso do oeste catarinense**. Disponível em: <<http://www.empraba.br/sober2000.html>>. Acesso em: 13 mar. 2009.
- SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, n.87, ano29, p.40-49. Rio de Janeiro: FASE, 2000.
- SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EDUFSCar, 2005.
- SYLVANDER, B. **Les conventions de qualité dans le secteur agro-alimentaire: Aspects théoriques et méthodologiques**. Toulouse : INRA, Département d'Économie et Sociologies Rurales, 1992.
- TESCHE, R. W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar**. 2007. f. 148. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 58, p. 225-254, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 14 out. 2009.
- THÉVENOT, L. The plurality of cognitive formats and engagements: moving between the familiar and the public. **European Journal of Social Theory**, v. 10, n. 3, p. 413-427, 2007.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VILANOVA, R. O. **Modelo de planejamento estratégico para assentamentos rurais**. 2005. f. 165. Dissertação (Mestrado em Gestão do Agronegócio) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- VILPOUX, O. **Etude des coordinations verticales entre entreprises transformatrices de manioc et producteurs agricoles au sud du Brésil**. 1997. f. 233. Thèse des doctorat. (Doctorat et Génie Des Systèmes Industriels) - Institut National Polytechnique de Lorraine, Cergy-Pontoise, 1997.
- VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista de Economia Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 85-111, 2010.
- YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 3rd ed. London: Sage, 2003.